Governo Bolsonaro e o apoio religioso como bandeira política

Fábio Falcão Oliveira[1]

DOI: https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.52231

Resumo: O presente artigo tem como finalidade apresentar a aproximação de Jair Bolsonaro com a bancada evangélica. Neste sentido, usaremos autores como Almeida (2019) e Alves et al (2017). Outras fontes podem aparecer no artigo que visa mostrar como o governo de Jair Bolsonaro se aproveitou do crescimento das igrejas evangélicas para forma seu populismo evangélico. Posição religiosa que se choca com seu governo conturbado. Com isto observaremos que o favorecimento da bancada evangélica é algo comum no governo que busca uma hegemonia política. O Brasil se depara com um discurso de ódio velado que muitos sem base cultural, histórica e literária acabam assumido a proposta desencontrada do governo.
Palavras-Chaves: Bancada Evangélica; Igreja; Política; Discurso.

Bolsonaro's Administration and religious support as a political flag

Abstract: The purpose of this article is to present Jair Bolsonaro's approach to the evangelical bench. In this sense, we will use authors such as Almeida (2019) and Alves et al (2017). Other sources may appear in the article that aims to show how the government of Jair Bolsonaro took advantage of the growth of evangelical churches to shape their evangelical populism. Religious position that clashes against troubled government. Therefore we will observe that the fostering of the evangelical bench is something common in the government that seeks a political hegemony. Brazil faces a veiled hate speech that many with no cultural, historical or literary base end up assuming the government's mismatched proposal.
Key Words: Evangelical Bench; Church; Politics; Speech.

[1] Pós-doutorado em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato grosso e Doutor em História da Educação formado pela Universidade Federal de São Carlos. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4648-9548. Email: oliveira.unemat@gmail.com / atelc_off@hotmail.com

El Gobierno de Bolsonaro y el apoyo religioso como bandera política

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar el enfoque de Jair Bolsonaro sobre el banco evangélico. Utilizaremos autores como Almeida (2019) y Alves et al (2017). Otras fuentes pueden aparecer en el artículo que pretende mostrar cómo el gobierno de Jair Bolsonaro aprovechó el crecimiento de las iglesias evangélicas para formar su populismo evangélico. Una posición religiosa que choca con su problemático gobierno. Con esto observaremos que el favoritismo de los bancos evangélicos es algo común en el gobierno que busca una hegemonía política. El Brasil se enfrenta a un discurso de odio velado que muchos sin base cultural, histórica y literaria terminan asumiendo la propuesta desacuerdo del gobierno.

Palabras clave: Banco Evangélico; Iglesia; Política; Discurso.

Recebido em 17/02/2020 - Aprovado em 02/04/2020

Introdução

O Brasil vive um momento político peculiar onde Jair Bolsonaro, de forma direta, precisou da bancada evangélica e do apoio evangélico para se estabelecer no governo. O Brasil desde 2010 e até hoje, vem se mostrando um país cujo crescimento da comunidade pentecostal é significativo. O número de adeptos cresce de maneira considerável levando, como estratégia política, acordo de interessados com a ala evangélica do país.

Uma dessas pessoas foi Jair Bolsonaro que, no ano de 2016 foi batizado no rio Jordão pelo pastor Everaldo Dias Pereira, da Assembleia de Deus. Amigo de Silas Malafaia, Edir Macedo e representantes da Assembleia de Deus, Jair Bolsonaro deixa claro no seu discurso, que sua prática seria um governo para família e valores morais, porém isso é contestado. Como bem apresenta Frigo e Dalmolin (2017), esse conservadorismo é claro no campo político de direita liberal e a confusão dessa receita, leva a um discurso de ódio velado diante de afirmações passadas de Jair Bolsonaro; tais como, contra mulher, contra os professores, contra os petistas, contra ativista, contra Ongs e até mesmo contra artista nacionais e estrangeiros.

O presente artigo tem como finalidade apresentar a aproximação de Jair Bolsonaro com a religião evangélica e a bancada evangélica enquanto propósito estratégico para se eleger ao cargo de Presidente da República do Brasil. Apesar do Art. 19 I ao III da Constituição Federal de 1988 advertir que o Estado Brasileiro é laico, existe uma grande confusão sobre essa questão no governo brasileiro. A aliança com a bancada

evangélica é uma prática recorrente do governo e sua marca para comunidade conservadorista.

A coleta dos dados apresentados se reporta ao IBGE e a pesquisa de Alves et al (2017) *Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil*, que entendemos como fonte de direcionamento deste artigo. Também consultamos as mídias sociais digitais, em especial a *Folha de São Paulo* e outras fontes com mesmo perfil noticiário. Percebemos que a *Tese dos Tabuleiros* de Almeida (2019) também foi necessário para entendermos como deu-se essa estratégia de aproximação de Jair Bolsonaro com a bancada evangélica e a comunidade evangélica do Brasil.

Crescimento dos Evangélicos no Brasil.

Segundo Mariano (2003), todo processo histórico para separação da Igreja-Estado no Brasil ocorreu quando o regime republicano impulsiona essa nova forma de institucionalização secular. Com a separação desses dois poderes, o Estado adquiri autonomia em relação a Igreja e conforme se desenvolve, cria uma dominação jurídica e política própria. Para Mariano (2003, p. 112):

> A secularização[2] do aparato jurídico/político, além de reiterar a autonomia e a supremacia do direito em relação às outras formas de ordens normativas, de reduzir praticamente a pó as pretensões dos grupos religiosos em impor suas normas ao conjunto da sociedade, de submetê-las ao império da lei, relativiza, relega a segundo plano e desqualifica as demais fontes de normatividade.

O que o autor quer mostrar é entendido como efetivação de profundas mudanças no quadro religioso brasileiro. Com o regime republicano instaura-se estados liberais e tem como "ideário político" a neutralidade total da religião em relação ao Estado (MARIANO, 2003). O processo de separação no regime republicano da Igreja-Estado leva ao desmantelamento do monopólio religioso católico, mas por outro lado, o Estado assegurava a liberdade religiosa para todos os segmentos, garantia a tolerância, o

[2] Mariano (2003, p. 112) deixa claro que o conceito de "secularização" é tomado a partir de Flávio Pierucci onde aponta para o conceito weberiano de secularização. Neste conceito mostra o longo processo de racionalização ocidental indo para o âmbito jurídico-político, segue a citação: "o *disestablishment* ou a separação da religião do Estado, que, na modernidade, se torna laico, domínio da lei e guardião do direito formal. Direito que, nesse contexto, por ser dessacralizado, se torna legitimamente revisável".

pluralismo religioso e o mais importante, a religião quando estabelecer aliança com o mesmo gozada de prestígios.

Sobretudo Maia (2006) entende que na metade do século XX começa a surgir diversos grupos religiosos que usaram a Constituição Federal de 1988 para clamar, com voz ativa, a possibilidade de propagação da fé e a tolerância religiosa. É verdade afirmar que a Constituição Federal de 1988 possibilitou aos evangélicos se organizarem com mais precisão mesmo o Brasil sendo definido como um país laico:

> **Art.19.** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

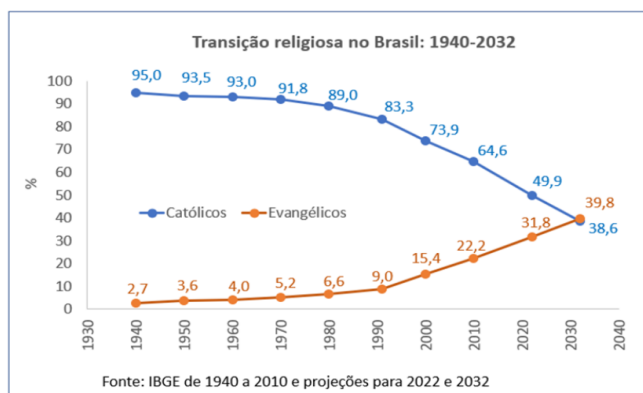
Mas esta constituição não parece ser levada muito a sério, pois hoje se fala de uma bancada evangélica parcial onde "os pentecostais e neopentecostais" defendem seus interesses no campo da política. De qualquer forma, Souza (2013) mostra na primeira parte de seu artigo que o Brasil é um país cristão e é internacionalmente reconhecido como um país com uma grande diversidade religiosa.

A pesquisadora apresenta números significativos ao escrever que 86,6% da população brasileira afirma-se cristã, isso no que diz respeito ao ano anterior a 2013, onde o levantamento desses dados diz respeito apenas a evangélicos e católicos, sendo 64,6% católicos e 22,2% evangélicos (SOUZA, 2013).

Os católicos sempre estiveram próximo do estado, se pensarmos no período colonial até o regime republicano, estiveram na vanguarda. Após o regime republicano e, mais a frente, com a Constituição Federal de 1988 os evangélicos aproveitam a oportunidade para articular e se formar politicamente. Lendo a pesquisa de Souza (2013, p. 180), ainda encontramos dados importantes mostrado pelo IBGE e como houve essa articulação dos evangélicos e da política no Brasil.

> Segundo os censos demográficos do IBGE, (...) em 1980 os evangélicos correspondiam a 6,6% da população brasileira e, em 1991, chegaram a 9%. A década de 2000 registrou um importante crescimento do número de sujeitos que se

> declararam evangélicos, alcançando o número de 26.452.174, o que correspondia a 15,6% da população brasileira. Em 2011, a Fundação Getúlio Vargas divulgou o *Novo mapa das religiões*, (...) baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2009, constatou a continuidade do crescimento dos evangélicos até 2009, alcançando 20,23% da população brasileira. O Censo 2010, cujos dados foram divulgados somente em 2012, apontou novo crescimento dos evangélicos, que atingiram 42.275.440 adeptos. Há que se registrar que esse crescimento tem se dado especialmente entre os grupos pentecostais e neopentecostais. Os grupos protestantes clássicos ou de missão, com exceção dos batistas, não parecem provocar muitas adesões. De qualquer forma, a intensificação da expansão evangélica tem demandado uma análise específica da dinâmica sociocultural desse universo.

Esses números, apresentado pelo IBGE e exposto pela pesquisa de Souza (2013), será base para outras formas de análise do desenvolvimento numérico dos evangélicos no Brasil. Segundo o argumento de Alves et al (2017) até 2030 o Brasil terá sua maioria evangélica e não será mais católica.

Fonte: Instituto Humanitas UNICINOS - ADITAL[3]

---

[3] Instituto Humanitas UNICINOS – ADITAL. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032

O crescimento evangélico pode se apresentar em inúmeras maneiras, sendo no campo ou na cidade, por vias de missões estrangeiras ou nacionais, por meio de programas televisionado ou projetos nas periferias e presídios. Para Alves et al (2017, p. 237) independentemente de completar-se ou não "a reversão da hegemonia entre os dois maiores grupos religiosos brasileiros, as mudanças na distribuição das filiações religiosas têm ocorrido de forma acelerada, embora de maneira diferenciada no tempo e no espaço".

A transição religiosa no Brasil, como mostra o gráfico acima é um fenômeno amplo e percebido principalmente pelos pastores e políticos que se aproveitam desta tomada de hegemonia[4] para estabelecer seus interesses e os da Igreja lesando, muitas das vezes, a Constituição Federal de 1988.

Para pesquisadora Trevisan (2013) as lideranças pentecostais sempre buscaram através da Constituinte voz para pregar suas convicções políticas e religiosas. De forma aberta, alegavam "temer que a nova Constituição beneficiasse a Igreja Católica e, assim, ameaçasse a sua liberdade religiosa, juridicamente existente desde o advento da República em 1890". Além disso, muitos dos interesses dos pentecostais e neopentecostais se chocam com os grupos de LGBT+, ONGS e movimentos sociais que questionam a liberdade de escolha com o dogmatismo exagerado das Igrejas evangélicas.

Simpatia Ou Engodo: Evangélicos Apoiadores Do Governo Bolsonaro.

Segundo Almeida (2019), nosso país anda passando situações de tensões próprias no campo da política. Ele chama de "crise", entendendo o termo como algo que acontece com intensa instabilidade e pouca previsibilidade, sendo propícia a mudanças de cenários e desestruturações sociais.

Segundo pesquisador, não se trata de uma crise política clássica, mas algo que se forma no campo da jurisprudência (pensando no pacto democrático da Constituição Federal de 1988), nas *Societais* (pensando como as relações interpessoais atingem a população) e culturais (comportamentos imprevisíveis e confronto identitários). Existe uma decomposição dos espaços de interação política e conforme alega o autor, são permeáveis as interações políticas que atravessam as forças sociais (ALMEIDA, 2019).

Por isso, ele desenvolve a tese dos tabuleiros; "Para começar, valho-me de uma imagem formulada pelo helenista francês Jean-Pierre Vernant a propósito da dinâmica do

---

[4] Hegemonia pensamos como Gramsci (2010), onde os indivíduos ao se tornarem comissários do grupo dominante do qual almeja no exercício de funções específicas, levando ao consenso espontâneo dado as massas de indivíduos ou população, controle político e da impressa pelo grupo que participa fundamentalmente dominante da vida social.

mundo dos deuses gregos, a saber: a imagem de um jogo não somente com muitos jogadores, mas também com vários tabuleiros" (ALMEIDA, 2019, p.188).

Na sua tese política da formação do governo Bolsonaro, ele desenvolve 3 tabuleiros. O primeiro "compreende o sistema político e jurídico", o segundo "o plano da mobilização nas ruas e nas redes sociais e digitais" e o terceiro "os laços vicinais, religiosos e de trabalho".

O primeiro Tabuleiro entende que todos os sistemas políticos e jurídicos estão sujeitos as mediações dos grandes veículos de comunicação de forma geral. Nesta esfera, o poder Legislativo e Executivo desqualificam as representações políticas alegando serem corruptas e leniente com a corrupção. Processos como o Petrolão e o Mensalão promoveram descrédito dos políticos da esquerda. O julgamento do Mensalão deu ao Poder Judiciário legitimidade a uma população com pouca leitura sobre o assunto – além disso, em 2015, foi cotado que o Poder Judiciário atuasse como mediador nos conflitos entre Poder Executivo e a Câmara dos Deputados. Com isso, houve alegação da perda da ética por parte dos partidos de esquerda. A presidente Dilma cai numa espécie de armadilha política, o Supremo Tribunal Federal e os juízes de primeira instância, juntamente com os procuradores públicos ficaram distantes da crise que se instauraram. Para finalizar, a polícia federal e a Procuradoria Geral da República tomam a frente das investigações indiciando construtoras e empresários. Tudo articulado e iniciado no ano de 2014 no processo da Lava-Jato (ALMEIDA, 2019, p. 188-189).

O segundo Tabuleiro focaliza na mobilização midiática digital (redes sociais digitais). No campo virtual as convicções das pessoas nas redes sociais levaram os indivíduos a se organizarem e convocarem pessoas para ir as ruas. Os debates nas redes sociais levavam como ponto principal a pouca oralidade e os limites na escrita digital. As plataformas de expressão, informação e discussão nas redes sociais ficavam superficiais. Mesmo sendo pouco o engajamento dos organizadores, a militância virtual foi fundamental para formar opiniões fracas mais alternativas às linhas editoriais da grande imprensa. Para este pesquisador, das manifestações de rua até o impeachment de Dilma Rousseff formou-se um ciclo de protestos pontuais manifestados em junho 2013, e nos anos de 2015 e 2016. Em 2013 por exemplo, o pesquisador mostra que as manifestações eram montadas por camadas sociais com característica similares a renda, escolaridade, gênero e cor contrários a Presidente Dilma (ALMEIDA, 2019, p. 189).

O terceiro Tabuleiro se manifesta nas relações cotidiana dos indivíduos: no nível familiar, dos laços, das cercarias, as relações com os vizinhos, as povoações, a vida propriamente vivida no dia-a-dia. O pesquisador defende, por mais absurdo que pareça, a pouca convivência dessas camadas na política e isso leva a um universo de controvérsias; são pessoas com pouca participação política, ou fraca leitura política, porém estão

engajadas a participar dos movimentos políticos. O que mais se apresenta nos seus discursos é a economia cotidiana e os péssimos serviços públicos (ALMEIDA, 2019, p. 189-190).

Por esse motivo, o tema *combater a corrupção* alavancou com alta audiência principalmente nas camadas domésticas. Isso é para Almeida (2019) fundamental pois o discurso camuflado, desse ou de outro tema, pelo horário gratuito de televisão ou pelas redes sociais digitais, levou ao eleitorado, ainda que de maneira fraca, questionar algumas possibilidades.

Os *Fake News* e *memes* atingem a família e seus núcleos, grupos de trabalho, amigos, comunidades religiosas, em suma, WathsApp favorece o mascaramento dos debates face a face, enganando o eleitorado e propaga notícias infidas. Com mensagens falsas surge o sentimento antipetista, anticomunista, antilulista; A sociedade se resumiu em notícias de Facebook e Twitter e o eleitorado começam a participar de microcorrentes cuja intenção política era parcialmente divulgada. Em 2014 usava-se a tecnologia para propagação de propaganda legítima ou não, em 2016 começa a ser usada pelos políticos para seus fins e em 2018 a plataforma digital é usada para mostrar a ilegitimidade ou não dos partidos, apresenta *Fake News* e *memes* (ALMEIDA, 2019).

Tese dos Tabuleiros de Ronaldo de Almeida			
	Poderes atuantes	Pontos destacados	Consequência
Primeiro Tabuleiro	•Poder Legislativo; •Poder Executivo; •Câmara dos Deputados; •Polícia Federal; •Procuradoria Geral da República; •Tudo articulado e iniciado no ano de 2014 no processo da Lava-Jato.	-Atuação Jurídica; -Mediações dos grandes veículos de comunicação; -Desqualificam as representações políticas por via de acusações; -Processos como o Petrolão, o Mensalão e Lava Jato; -Promoveu descrédito dos políticos da esquerda; -Exposição exagerada da Imagem da Presidente da República.	-Perda da Ética
Segundo Tabuleiro	•Mobilização Midiática digital (redes sociais digitais);	-Indivíduos que se organizaram e convocarem pessoas	-Informação e discussão nas redes sociais ficavam

	•Plataformas de expressões; •Militância virtual; •Manifestações de rua	para ir as ruas; -Debates nas redes digitais; -Exposição de discurso com pouca oralidade; -Manifestações eram montadas por camadas sociais com característica similares a renda, escolaridade, gênero e cor que fossem contrário a Dilma ou ao PT.	superficiais; -Pouco engajamento; -Pouca oralidade e limitação na escrita digital. -Antipetismo
Terceiro Tabuleiro	•Mobilização e divulgação de informação; • Temas que alcance o cotidiano das pessoas; •Desqualificação dos adversários políticos; •Pouca leitura Política •Publicação de notícias partidárias nas redes sociais digitais.	-Alcançar a família, o povoado, as cercarias o dia-a-dia dos indivíduos com informações; -O tema sobre o *Combate a Corrupção*; - Mensagens artificiais nas redes sócias digitais; - *Fake News* e memes.	-Vinculação de notícias superficiais levada às cercarias e laços vicinais; -Ocultamento de notícias; -Manipulação das notícias; -Notícias falsas dando credibilidade a superficialidade do Facebook e Twitter

Se pararmos para pensar, os Tabuleiros apresentados por Almeida (2019), são precisos porque uma classe religiosa, ou uma grande maioria abraça essa condição e aprova literalmente assumindo o discurso antipetista e por 57,8 milhões Bolsonaro vence contra 47 milhões de Fernando Haddad do PT.

Segundo Alves et al (2017, p. 220), no século XXI existe uma estabilização "dos evangélicos tradicionais e um aumento dos evangélicos pentecostais e neopentecostais e um crescimento ainda maior dos evangélicos não determinados[5]". Jair Bolsonaro ao assumir o discurso de uma moralidade religiosa junto com um sentimento antipetista levou aos evangélicos se colocarem como força política decisiva[6].

[5] Evangélicos determinados: pessoas que se dizem evangélicos, mas não estão ligados à igreja evangélica.

[6] Vale ressaltar, segundo Valentin (2010), a educação foi uma das ênfases do movimento denominado "Reforma Protestante" ocorrida no início do século XVI, que deu origem ao grupo identificado de Igrejas Históricas", popularmente evangélicos tradicionais. Segundo o autor,

Essa estratégia parece ser usada por Bolsonaro pois, fala de uma educação moral religiosa e acusa os governos anteriores de negligenciar esta forma pedagógica religiosa. Mas educação não parece ser um tema de interesse dos movimentos pentecostais e neopentecostais, bem como grupos religiosos independentes que se autodenominam "cristãos", a mesma coisa pode-se dizer do governo Bolsonaro, o tema só é visível no discurso e na prática fica a desejar.

Pradi e Santos (2017) falava de uma bancada eleita de 75 deputados federais e 3 senadores evangélicos. Hoje sabemos que a bancada evangélica, ou bancada da Bíblia conta com 91 integrantes, um conjunto historicamente grande em comparação com os anos anteriores[7].

Fonseca (2014) revela que os interesses desses religiosos vêm de épocas atrás. O MP de julho de 1985 faz referência a importância dos evangélicos, ou da Igreja ter candidatos na Assembleia Constituinte. No Editorial de 1986 existe uma convocação para haver uma manutenção dos bons costumes e da prevenção da liberdade religiosa, isto é, candidatos evangélicos podem se expressar de maneira livre. Outro aspecto, neste processo de politização das igrejas evangélicas comentado nos limites dos templos religiosos é ressaltado pelo pesquisador: cada crente deveria votar em um irmão indicado pela igreja para representar a instituição na Assembleia Constituinte.

Fonseca (2014) mostra a necessidade das igrejas evangélicas se mobilizarem politicamente, havia uma desconfiança com a política e por isso o movimento. Melo (2016, p. 6) lembra que o bordão "crente não se mete em política" era comum não só entre os católicos, mas entre outras religiões. E na década de 80, apensar da chamada havia resistência dos evangélicos com a política: "Com este ponto de partida, os evangélicos surpreenderiam políticos e analistas sociais com seu espantoso e rápido crescimento na Câmara dos Deputados, ocupando 33 cadeiras na Assembleia Constituinte de 1987".

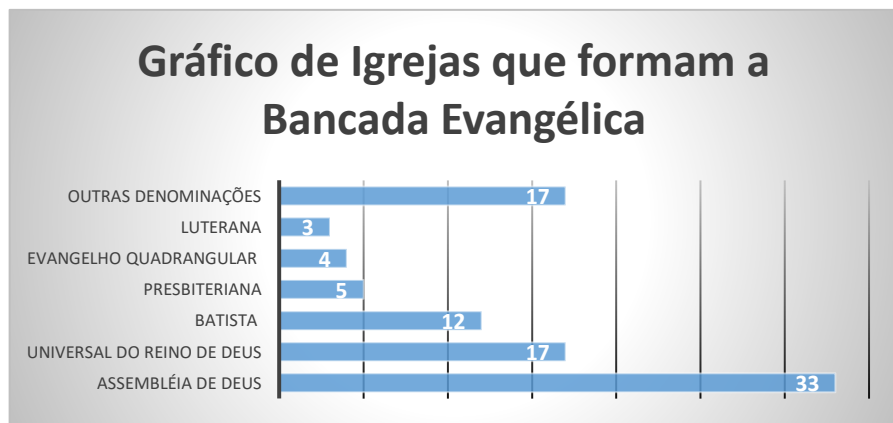
Com José Sylvestre (1986) surge o bordão "irmão vota em irmão" e ele fica conhecido no final da década de 80 mas, na década de 90 que ele passa ser uma cartilha

---

"Lutero faz duras críticas aos pais por negligenciarem o dever sagrado de educar os filhos. Seja pela falta de piedade e honestidade, seja pela falta de formação dos próprios pais, os filhos eram privados de se desenvolverem intelectual e espiritualmente" (VALENTIN, 2010, p. 66).

[7] Pradi e Santos (2017) mostra que: "Para a legislatura de 2015-2019 foram eleitos 75 deputados federais e três senadores publicamente identificados como evangélicos. Reunidos na bancada evangélica1, costumam votar coesos quando se trata de certas questões morais lastreadas por interesse religioso comum. À bancada evangélica pode se juntar a escassa parcela de congressistas católicos interessados também em defender pontos de vista de sua religião, formando a chamada bancada da Bíblia, esse estranho conjunto composto por grupos historicamente em pé de guerra entre si".

para as igrejas evangélicas. Defendendo a participação dos evangélicos na política, Sylvestre (1986) entendia necessário essa conjuntura e exemplificava a necessidade política como algo ministerial.

De lá para cá, o crescimento dos evangélicos é significativo pois, se na década de 80 contavam com número máximo de 33 cadeiras, hoje neste século são 91 cadeiras como apresentado logo na sequência.

Fonte: Gráfico feito pelo próprio autor com base nos dados de Marini e Carvalho (2018)[8]

Assembleia de Deus domina a Bancada Evangélica, mas seus membros se dividem em vários partidos. A Universal do Reino de Deus apresenta um núcleo mais fechado pois são todos do PRB. Batistas, Presbiterianos, Evangelho Quadrangular, Luterana e as demais denominações também fazem parte de diversos partidos. Mas todos têm algo em comum, a religião que os liga e os interesses que compactuam.

Bolsonaro e a influência dos pentecostais no governo brasileiro.

Nossa análise entende que a forma de fazer campanha de Jair Bolsonaro passa pela *Tese dos Tabuleiros de Ronaldo de Almeida*, além disso, foi importante sua aproximação

[8] O Gráfico de Igreja que formam a Bancada Evangélica não se apresenta na investigação de Martins e Carvalho (2018), mas os dados apresentados pela investigação dos pesquisadores foram cruciais para elaboração desse Gráfico. Além disso, no Anexo I disponibilizamos e organizamos a lista e os nomes dos políticos juntamente com seus partidos e igrejas que frequentam. A Assembleia de Deus lidera em números de membros e a Universal do Reino de Deus se mostra com uma unidade partidária maior pois, todos os membros são do partido político PRB, algo que não acontece com Assembleia de Deus.

com a bancada evangélica para se eleger. Eles percebem na presidência de Bolsonaro uma oportunidade de lutarem por seus próprios interesses. Mas tem um ponto importante a ser perguntado, até que momento a religião evangélica, seus líderes e partidários se sujeitam a proposta de Bolsonaro?

Segundo Dias e Fabrini (2019) o porte de armas e a reforma da aposentadoria foram e ainda é motivo de preocupação para uns e euforia para outros. Sobre o porte de armas por exemplo, ele não conseguiu cumprir sua promessa mas deu a entender que ela chegara com passos lentos. De qualquer forma, o porte de arma, os *Fakes News* e o antipetismo, do qual foi chamado de comunismo da América Latina, foram o carro chefe da campanha de Jair Bolsonaro.

Na Marcha para Jesus em 2019, Jair Bolsonaro não só foi o primeiro presidente a participar dela como foi o primeiro a fazer arminha. Silva (2019) destaca que Jair Bolsonaro foi mais adorado que Jesus, chegaram até chama-lo de Mito e Messias. A horrorizarão do evangelho não parou por aí, Jair Bolsonaro fez um gesto com as mãos simulando uma arma.

Esse evento que chamou atenção do mundo, levou muitos pastores evangélicos e religiosos de denominações diversas ficaram contra Bolsonaro, sem falar dos centros e núcleos de direitos humanos, ONGS, comunidades... mostraram sua insatisfação com a situação. Mas os partidários bolsonaristas pareciam sorrir diante desta cena bizarra. Na epístola de 1 João 4.8 a palavra do apóstolo mostra que "Deus é Amor". Isso levou Silva (2019) se perguntar: "Fiquei na dúvida. Será que aqueles cristãos defendem o fuzilamento em vez de paz e amor?" Na foto destacada pela Folha de São Paulo, os pastores com seus sorrisos amarelos parecem concordarem com a posição antirreligiosa de Bolsonaro e ainda aplaudem esse gesto grosseiro juntamente com a multidão.

Cioccari e Persichetti (2018, p. 202) pontuam muito bem sobre Jair Bolsonaro quando destaca: "é membro ativo e uma das principais vozes dessa parcela da população que defende a redução da maioridade penal e faz apologia explícita às armas". Além disso, ele é um homem acusado de racismo, misoginia, e assume nas suas falas o espetáculo do ódio velado com um comportamento forte e desnecessário propagando a generalidade de frases, muitas delas sem contexto.

Na sua campanha presidencial passou a imagem de defensor da Moral Familiar, dos Direitos Humanos, da Educação, a ideia de um homem que foi batizado no Rio Jordão, em Israel, mas na prática partidária ele falha. Para sua campanha, valeu tudo, bandeira de Israel, aliança com Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus, com bancada evangélica, *Fake News*, bandeira antipetista...

Brugot e Cormery (2019) mostra em um documentário de urgência, como o governo Bolsonaro articulou uma aliança estratégica para atingir as camadas mais

inferiores no Brasil. Esse Doc de urgência chama atenção pois, deixa claro como os espaços governamentais estão sendo frequentado pelas denominações evangélicas - cuja intencionalidade política passa pelo dogma da igreja. Interessante notar que enquanto denominações tornam-se milionárias outros segmentos religiosos sofrem perseguições. Onde está o governo de todos e para todos? Onde está o governo para todas as religiões?

Exemplo disso, temos a notícia do assassinato de Romualdo Rosário da Costa, o Mestre Moa do Katênde, de 63 anos que após debater sobre política um bolsonarista o ferio com vários golpes a facada. Essa intolerância religiosa foi constatada e gerou diversos desabafos da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial do Distrito Federal.

A extensão do pentecostalismo e neopentecostalismo no governo Bolsonaro começa a partir das intenções de votos e da aliança feita para granjear os mesmos. Acompanhados de um discurso de ódio, confundem-se com o dogma da igreja levando o distanciamento do outro. As mulheres, o pobre, homossexuais, negros e negras, estrangeiros, e pessoas de matrizes africanas padecem com essa nova maneira de fazer política que leva o governo a uma postura equivocada.

> Pode-se perceber que o enquadramento do discurso de ódio resguarda uma relação muito próxima com o princípio da liberdade de expressão. Sendo assim, mostra-se latente a lógica binária desses conceitos que estão em disputa, pois, há setores que reivindicam que sendo a liberdade de expressão absoluta, ela causaria prejuízos aos indivíduos ou grupos considerados minoritários na sociedade contemporânea, entretanto, ao limitá-la fere os preceitos de um Estado democrático de direito, mesmo que isso implique danos aos demais (FRIGO e DALMOLIN, 2017, p. 5).

A influência do pentecostalismo e neopentecostalismo no governo Bolsonaro começa a partir das intenções de votos e da aliança feita para granjear os mesmos. Acompanhados de um discurso de ódio velado, confundem-se com o dogma da igreja levando o distanciamento do outro. As mulheres, os pobres, homossexuais, negros e negras, estrangeiros, e pessoas de matrizes africanas sofrem com essa nova postura do governo. O discurso conservadorista de Bolsonaro é na prática o discurso que a bancada evangélica quer ouvir. O discurso de horrorização velado se confunde com moral religiosa no governo de Bolsonaro.

> No Brasil, atualmente, é visível a ascensão do conservadorismo político entrecruzado com o fundamentalismo religioso. Aos poucos, a direita liberal foi garantida a liderança em espaços políticos utilizando a violência, mesmo que simbólica, como estratégia de afirmação neste campo. Pautada por valores morais e na concepção tradicional de família heteronormativa, ela reivindica o direito à livre expressão mesmo que isso, no contexto contemporâneo, seja considerado incitação ao ódio (FRIGO e DALMOLIN, 2017, p. 7).

Conforme destaca Frigo e Dalmolin (2017) o conservadorismo político que atingem os âmbitos dos discursos pentecostais são visíveis, e seu fundamentalismo patente. A direita a partir de 2015 se apropria da violência simbólica e sua pauta nos valores morais, ou valores da igreja evangélica, reivindicando o direito de expressão acaba conciliando com ódio velado que muitos membros sem perceberem assumem essa posição.

O interesse da bancada evangélica pelo governo Jair Bolsonaro está no fato de aumentar a superioridade numérica nos corredores de Brasília como favorecimento de sua prática religiosa. Por exemplo, Resende (2019) noticia na *Folha de São Paulo* que as receitas das igrejas dobraram nos oitos anos consecutivos e foram para o montante de R$ 24,2 bi. Isso equivale à metade da renda do Estado de São Paulo o mais rico da Federação brasileiro.

Levando em consideração que esse imposto arrecadado poderia ter outros fins na sociedade, como educação, previdência social, saúde, ... eles deixam de ser arrecadados das igrejas evangélicas e apresentam como discurso a teologia da prosperidade.

O interesse dos pentecostais e neopentecostais no governo Bolsonaro não foi mera inocência, pois com o Projeto de Lei Complementar n. 55, de 2019, no Art. 1º afirma: “Fica proibida a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais - água, luz, telefone e gás - de igrejas e templos de qualquer culto, desde que o imóvel esteja comprovadamente na posse das igrejas ou templos”. Isso é inquietante principalmente num governo que afirma que o Brasil está financeiramente falido deixando de arrecadar ICMS.

Sendo com arminhas ou isenção de ICMS a Templos o governo Bolsonaro favorece a bancada evangélica e igrejas pentecostais e neopentecostais que formam seu eleitorado. Em 2018 a bancada evangélica indicou Gilberto Nascimento, Marcos

Feliciano e Ronaldo Nogueira para atuarem junto ao governo, sem falar dos outros membros evangélicos que fazem do governo palanque de discurso como a Ministra Damares.

Podemos dizer que a bancada evangélica busca hegemonia política no governo Bolsonaro e até projeta um futuro político. Hegemonia pensamos como Antonio Gramsci (2010); que entende que o projeto de um grupo é formado pelo aumento hegemônico de um grupo social, político ou intelectual, aumentando sua organização política comum.

Monasta (2010) ao ler Gramsci lembra que antes de um grupo social aumentar e assumir o poder no governo, o projeto para isso passa pelo que ele chama de "espírito popular criador" que determina uma hegemonia que leva a uma organização política.

No Brasil isso é claro, o crescimento demográfico dos evangélicos, a nova forma de pensar (irmão vota em irmão), as alianças políticas no Governo, o principal candidato batizado no Rio Jordão (assim como Jesus foi batizado), cargos do governo a disposição da bancada evangélica, o presidente Jair Bolsonaro participando de cultos evangélicos, a oração recebida de Edir Macedo e pastores amigos, enfim, a ideia é projeção para o futuro eleitorado no Brasil.

Monasta (2010) afirma que para Gramsci, nos *Cadernos 10* e *11*, a hegemonia deveria ser um processo educativo, mas isso não acontece na prática pois, existe membros do governo Bolsonaro defendendo AI-5[9] ou o Fascismo[10]; Eles estão alcançando a hegemonia mais ao mesmo tempo parece estarem embaralhados.

Existe aqui uma forma de intelectualidade de falsa natureza que leva a arrogância de acreditarem que são sujeitos defensores da educação, da moral e da cultura. Esse processo de ilusão política leva ao surgimento de uma outra classe de intelectuais que

---

[9] "Líderes políticos e entidades da sociedade civil condenaram nesta quinta-feira (31/10) a declaração do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) sobre a possibilidade de se instaurar um "novo AI-5" no país em caso de radicalização da esquerda brasileira... Que ainda enfatiza: "Se a esquerda radicalizar a esse ponto, a gente vai precisar ter uma resposta". (MADE FOR MINDS, 31 do dez. 2019).

[10] DW noticiou que o governo de Jair Bolsonaro no dia 17/10 de 2019 se envolveu em uma polêmica quando seu secretário da Cultura, Roberto Alvim, elaborou um discurso do líder nazista Joseph Goebbels que foi companheiro e ministro de Adolf Hitler. Segue a citação: "A arte alemã da próxima década será heroica, será ferrenhamente romântica, será desprovida de sentimentalismo e objetiva, será nacional com um grande *pathos* e será ao mesmo tempo imperativa e vinculante – ou não será", disse Goebbels no discurso, que é reproduzido em vários livros sobre o nazismo. O brasileiro afirmou Roberto Alvim: "A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada". (MADE FOR MINDS, 17 de jan. de 2020)

saem do seu terreno natural para um enfrentamento. Monasta (2010) destaca bem isso quando ler Gramsci, porque a falta de consciência desses homens que se dizem intelectuais e não preparados para sociedade pode criar um perigo maior para democracia.

A bancada evangélica passou por um processo de ressignificação do poder político e foi favorecido pelo crescimento das igrejas evangélicas mas, quando chega ao poder, podem cair na falsa ilusão conforme afirma Monasta (2010).

Para Gramsci (2010) no texto *Caderno 11/Nota 4*, a hegemonia política sempre vai do campo da ética para política até atingir o objetivo real. A consciência do indivíduo vai fazer parte de determinada hegemonia (consciência política). Isso se destaca como fase do progresso autoconsciente onde a teoria e prática se unificam.

O homem ativo de uma massa determinada as vezes não tem, para Gramsci (2010, p. 80), consciência teórica da sua ação política. Sua vida é constante contradição, segue a citação:

> Pode ocorrer também, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção "verbal" tem consequências: ela se liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, até mesmo, atingir um ponto no qual a contrariedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma decisão, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de "hegemonias" políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real.

Neste governo observamos isso, o candidato se liga aos interesses de um determinado grupo (bancada evangélica e igrejas evangélicas), se coloca como praticante de uma conduta moral, implica suas ações juntamente com os colaboradores de um

determinado grupo, herda uma realidade do passado do grupo escolhido e o assume sem passar por uma avaliação consciente admitindo um estado de passividade moral e política diante da sociedade. Só se pode fazer uma contra hegemonia a esse estado político, quando a compreensão crítica de si for obtida pelos seus partidários, eleitores e por ele mesmo. E para isso, teríamos que levar o opressor se reconhecer como opressor para alcançar consciência, mas para construir este caminho, precisamos de Paulo Freire, ele nos ajudaria nisso, mas deixamos para outro momento.

Conclusão

Finalizamos esse artigo entendendo que a aproximação de Bolsonaro com a comunidade evangélica foi algo premeditado. Aliado a uma bancada evangélica em ascensão e a uma comunidade que cresce a cada ano no Brasil, Bolsonaro conseguiu granjear votos para sua posição política.

Entender que a *Tese dos Tabuleiros* de Almeida (2019) nos possibilita a uma percepção jurídica/política, levando-nos a uma posição crítica, fazendo-nos compreender as articulações do cotidiano no governo Bolsonaro e, com essa forma de interpretação política, percebemos que ele se aproveitou de tudo isso para montar sua estratégia de governo. Instrumentalizando o *impeachment* político sofrido por Dilma, Bolsonaro assumiu a bandeira antipetista e falou contra o comunismo e usou o discurso que iria *combater a corrupção,* mas com isso propagou um discurso de horrorização.

Com *Fakes News* e *memes* alcança os núcleos familiares e engana-os. Promete armar a população, promete não cobrar ICMS das igrejas e privilegia a bancada evangélica. Podemos dizer que se forma um grupo cujo interesse é favorecido por Bolsonaro e ele projeta para o futuro uma prática política de valorização dos interesses políticos dos pentecostais/neopentecostais para se recandidatar.

Concluímos que o grupo social dos evangélicos, pentecostais e neopentecostais assumiu uma agenda por mais de 20 anos para alcançar uma determinada posição política. Bolsonaro governa para algumas denominações evangélicas e congêneres que frequentam os corredores de Brasília, ao mesmo tempo que tem dificuldade de cumprir o que prometeu em seu discurso de campanha.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo. "Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira". In_: *NOVOS ESTUDUDOS CEBRAP/SCIELO***.** Vol. 38, n. 1. São Paulo: CEBRAP/Scielo, abril de 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002019000100010&lng=pt&nrm=iso. Consultado dia 20 de março de 2020.

ALVES, José Eustáquio; CAVENAGHI, Suzana; BARROS, Luiz Felipe e CARVALHO, Angelita A. de. "Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil" In_: *SCIELO*. vol.29, n.2. 2017, p.215-242. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180. Consultado dia 20 de março de 2020.

BRASIL. *Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004a*. Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispões sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes. Brasília: Impressa Brasileira Federal, 2019. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5123-1-julho-2004-532844-normaatualizada-pe.html. Consultado dia 20 de março de 2020.

BRESCIANI, Eduardo. "A pedido de Bolsonaro, bancada evangélica indica três nomes para novo Ministério da Cidadania". In_: *O GLOBO*. Rio de Janeiro: Jornal o Globo, 28 nov. de 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/a-pedido-de-bolsonaro-bancada-evangelica-indica-tres-nomes-para-novo-ministerio-da-cidadania-23265279. Consultado dia 20 de março de 2020.

BRUGOT, Maryse e CORMERY, Chloé. "La Influencia de los evangélicos em el Gobierno de Jair Bolsonaro". In_: *FRANCE 24*. França, 6 de fev. de 2019. Disponível em: https://www.france24.com/es/20190206-en-foco-bolsonaro-brasil-evangelicos . Consultado dia 20 de março de 2019.

CIOCCARI, Deysi e PERSICHETTI, Simonetta. "Armas, Ódio, Medo e Espetáculo em Jair Bolsonaro". In_: *REVISTA ALTERJOR/Espaço Alternativo*. Ano 9, Vol. 2, Ed. 18. São Paulo: USP, jul/dez. de 2018, p. 201-214. Disponível em: file:///D:/FABIO/Desktop/Artigos/Artigo%20Evagelismo%20e%20pol%C3%ADtica/144688-Texto%20do%20artigo-299042-1-10-20180706.pdf. Consultado em 20 de março de 2020.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. "Título III Da Organização do Estado/Capítulo I - Da Organização Político-Administrativa". Brasília; Governo Federal, 1988. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_17.03.2015/art_19_.asp . Consultado dia 20 de março de 2020.

DIAS, Marina e FABRINI, Fábio. "Após facilitar posse de arma, Bolsonaro prevê viabilizar porte a passos lentos". In_: *FOLHA DE SÃO PAULO*. São Paulo, Edição Impressa Folha de São Paulo, Jan de 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/apos-facilitar-posse-de-arma-bolsonaro-preve-viabilizar-porte-a-passos-lentos.shtml?origin=facebook#_=_. Consultado dia 20 de março de 2020.

DW MADE FOR MINDS/Alemanha. *Fala de Eduardo Bolsonaro sobre AI-% gera Indignação em Brasília*. Brasil/Alemanha: Deutsche Welle, 31 do dez. 2019. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/fala-de-eduardo-bolsonaro-sobre-ai-5-gera-indigna%C3%A7%C3%A3o-em-bras%C3%ADlia/a-51077897. Consultado dia 20 de março de 2020.

______________________. *Secretário da Cultura cópia discurso de Ministro de Adolf Hitler e gera polêmica*. Brasil/Alemanha: Deutsche Welle, 17 de jan. 2020. Disponível em em https://www.dw.com/pt-br/secret%C3%A1rio-da-cultura-copia-discurso-de-ministro-de-hitler-e-gera-pol%C3%AAmica/a-52040824. Consultado dia 20 de março de 2020.

FONSECA, André D. "Informação, política e fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990)". In_: *Revista Brasileira de História/SCIELO*. Vol. 34, nº 68. São Paulo; SCIELO, 2014, p. 279-302. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n68/a14v34n68.pdf. Consultado dia 20 de março de 2020.

FRIGO, Diosana e DALMOLIN, Aline Roes. "Tensionamentos entre Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio: Jair Bolsonaro e o Impeachment De Dilma Rousseff"; In_: *Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade***.** Santa Maria: UFSM - Universidade Federal de Santa Maria: 8 a 10 de novembro de 2017, p. 1 – 15. Disponível em: http://www.ufsm.br/congressodireito/anais. Consultado dia 20 de março de 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno do Cárceres/Coleção Educadores***.** Tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

INSTITUTO HUMANITAS UNICINOS – ADITAL. *Transição Religiosa – Católicos abaixo de 50% até 2022 e abaixo do percentual de evangélicos até 2032*. São Leopoldo – RS; Unicinos, 6 de Dez, 2018. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585245-transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032. Consultado dia 20 de março de 2020.

MAIA, Eduardo Lopes C. "Os Evangélicos e a política". In_: *EM TESE* **-** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 2 (4). Santa Catarina: UFSC, agosto-dezembro/2006, p. 91-112. Disponível em: www.emtese.ufsc.br. Consultado dia 20 de Março de 2020.

MARIANO, Ricardo. "Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais". In_: *CIVITAS: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Vol. 3(1), Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003, p. 111 - 125. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/112/108. Consultado dia 20 de março de 2020.

MARINI, Luisa e CARVALHO, Ana L. De. "Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso". In_: CONGRESSO EM FOCO. Brasília –DF; Congressoemfoco, 17 outubro de 2018. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/. Consultado dia 20 de março de 2020.

MELO, Sydnei. "Um pensamento político da 'bancada evangélica'? Notas iniciais de uma investigação". In_: *GPMPP Working Papers*. N. 5. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2016, p. 3-13. Disponível em: file:///D:/FABIO/Desktop/Artigos/Artigo%20Evagelismo%20e%20pol%C3%ADtica/WorkingPaper5.pdf. Consultado dia 20 de março de 2020.

MONASTA, Attilio. "Ensaio por Attilio Monasta". In_: GRAMSCI, Antonio. *Caderno do Cárceres/Coleção Educadores*. Tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PRADI, Reginaldo e SANTOS, Renan William dos. "Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica". Vol.29, n.2. In_: **Tempo soc. [online].** São Paulo; SCIELO, 2017, p.187-214. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052. Consultado dia 20 de março de 2020.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 55, DE 2019. Brasília; Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=521F8162AF1951B99FEA634F19ACD753.proposicoesWebExterno1?codteor=1723140&filename=Avulso+-PLP+55/2019. Consultado dia 20 de março de 2020.

RESENDE, Thiago. "Receita de igrejas quase dobra em oito anos e vai a R$ 24,2 bi". In_: *FOLHA DE SÃO PAULO*. São Paulo: Edição Impressa Folha de São Paulo, 19 de ago de 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/receita-de-igrejas-quase-dobra-em-oito-anos-e-vai-a-r242-bi.shtml. Consultado dia 20 de março de 2020.

SILVA, Álvaro Costa e. "Com Cristo, Fazendo Arminha". In_: *FOLHA DE SÃO PAULO*. São Paulo: Imprensa Editora Folha de São Paulo, 25 de junho, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alvaro-costa-e-silva/2019/06/com-cristo-fazendo-arminha.shtml?origin=facebook#_=_. Consultado dia 20 de março de 2020.

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão. Os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia*. Brasília: Pergaminho, 1986.

SOUZA, Sandra Duarte de. "Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo". In_: *Estudos de Religião*. Vol. 27, n. 1. São Paulo: UMESP, jan.-jun. 2013 Disponível em: http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v27n1p177-201. Consultado dia 20 de março de 2020.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. "Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010". In_: *ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES* – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. v. V, n.15. Maringá (PR): ANPUH, jan/2013. Disponível em http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html. Consultado dia 20 de março de 2020.

VALENTIN, Ismael Forte. "A Reforma Protestante e a educação". In: *Revista de Educação do COGEIME*. n. 37, São Paulo, jul.-dez. 2010 Disponível em: http://www.ipbg.org.br/wp-content/uploads/2015/01/a_biblia_e_a_reforma_protestante_complemento.pdf. Consultado dia 09 de fevereiro de 2020.

Anexo I - BANCADA EVANGÉLICA, SEUS MEMBROS, IGREJAS E SEUS PARTIDOS[11]

Assembleia de Deus

Nome do Candidato	Estado	Pleito eleitoral	Denominação
Alex Santana	Bahia	PDT - Eleito	Assembleia de Deus
Altineu Cortes	Rio de Janeiro	PR - Reeleito	Assembleia de Deus
André Abdon	Amapá	PP - Reeleito	Assembleia de Deus
André Ferreira	Pernambuco	PSC - Eleito	Assembleia de Deus
Cezinha de Madureira	São Paulo	PSD - Eleito	Assembleia de Deus
Cleber Verde	Maranhão	PRB - Reeleito	Assembleia de Deus
Dr. Jaziel	Ceará	PR - eleito	Assembleia de Deus
Eliziane Gama	Maranhão	PPS - Senadora	Assembleia de Deus
Felipe Francischini	Paraná	SD - Eleito	Assembleia de Deus
Geovania de Sá	Santa Catarina	PSDB - Reeleito	Assembleia de Deus

[11]Toda listagem dos representantes da bancada evangélica é apresentado na reportagem de MARINI e CARVALHO (2018) no site: https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/. Consultado dia 20 de março de 2020. Mas a organização em partidos e denominações foi feita pelo próprio autor.

Gilberto Nascimento	São Paulo	PSC - Reeleito	Assembleia de Deus
Glaustin da Fokus	Goiás	PSC - Eleito	Assembleia de Deus
João Campos	Goiás	PRB - Reeleito	Assembleia de Deus
Lauriete	Espirito Santo	PR - Eleito	Assembleia de Deus
Léo Motta	Minas Gerais	PSL - Eleito	Assembleia de Deus
Luiz Carlos do Carmo	Goiás	MDB - Senador	Assembleia de Deus
Marcos Rogério	Rondônia	DEM - Senador	Assembleia de Deus
Moisés Rodrigues	Pará	PSC - Senador	Assembleia de Deus
Olival Marques	Pará	DEM - Eleito	Assembleia de Deus
Otoni de Paula	Rio de Janeiro	PSC - Eleito	Assembleia de Deus
Pastor Abílio Santana	Bahia	PHS - Eleito	Assembleia de Deus
Pastor Eli Bordes	Tocantins	SD - Eleito	Assembleia de Deus
Pastor Eurico	Pernambuco	PATRI - Reeleito	Assembleia de Deus
Pastor Gildenemyr	Maranhão	PMN - Eleito	Assembleia de Deus
Pastor Marcos Feliciano	São Paulo	PODE - Reeleito	Assembleia de Deus
Pastor Sargento Isidório	Bahia	AVANTE - Eleito	Assembleia de Deus
Paulo Freire Costa	São Paulo	PR - Reeleito	Assembleia de Deus
Policial Kátia Sastre	São Paulo	PR - Eleita	Assembleia de Deus
Silas Câmera	Amazonas	PRB - Reeleito	Assembleia de Deus
Sóstones Cavalcante	Minas Gerais	DEM - Reeleito	Assembleia de Deus
Tito	Bahia	AVANTE - Eleito	Assembleia de Deus
Toninho Wandscheer	Paraná	PROS - Reeleito	Assembleia de Deus
Zequinha Marinho	Maranhão	PSC - Senador	Assembleia de Deus

Universal do Reino de Deus

Nome do Candidato	**Estado**	**Pleito eleitoral**	**Denominação**
Aline Gurgel	Amapá	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Aroldo Martins	Paraná	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Bispo Ossesio	Pernambuco	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Carlos Gomes	Rio Grande do Sul	PRB - Reeleito	Universal do Reino de Deus
Gilberto Abramo	Minas Gerais	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Johnathan de Jesus	Roraima	PRB - Reeleito	Universal do Reino de Deus
Jony Marcos	Sergipe	PRB - Reeleito	Universal do Reino de Deus
Júlio Cesar	Distrito Federal	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Marcio Marinho	Bahia	PRB - Reeleito	Universal do Reino de Deus
Marcos Pereira	São Paulo	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Maria Rosas	São Paulo	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Milton Vieira	São Paulo	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Pastor Manoel Marcos	Acre	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus

Roberto Alves	São Paulo	PRB - Reeleito	Universal do Reino de Deus
Rosangela Gomes	Rio de Janeiro	PRB - Reeleito	Universal do Reino de Deus
Vava Martins	Pará	PRB - Eleito	Universal do Reino de Deus
Vinícius Carvalho	São Paulo	PRB - Reeleito	Universal do Reino de Deus

Igreja Batista

Nome do Candidato	Estado	Pleito eleitoral	Denominação
Agnaldo Ribeiro	Paraíba	PP - Reeleito	Batista
Alan Rick	Acre	DEM - Reeleito	Batista
Arolde de Oliveira	Rio de Janeiro	PSD - Senador	Batista
Eduardo Bolsonaro	São Paulo	PSL - Reeleito	Batista
Flávio Bolsonaro	Rio de Janeiro	PSL - Senador	Batista
Joice Hasselmann	São Paulo	PSL - Eleita	Batista
Lincoln Portela	Minas Gerais	PR - Reeleito	Batista
Lucas Gonzalez	Minas Gerais	NOVO - Eleito	Batista
Lucio Msquini	Rondônia	MDB - Reeleito	Batista
Rejane Dias	Piauí	PT - Reeleito	Batista
Sergio Brito	Bahia	PSD - Reeleito	Batista
Sergio Vidigal	Espírito Santo	PDT - Reeleito	Batista

Presbiteriana

Nome do Candidato	Estado	Pleito eleitoral	Denominação
Benedita da Silva	Rio de Janeiro	PT - Reeleita	Presbiteriana
Clarissa Garotinho	Rio de Janeiro	PROS - Reeleita	Presbiteriana
José Medeiros	Mato Grosso	PODE - Eleito	Presbiteriana
Laercio Oliveira	Sergipe	PP - Reeleito	Presbiteriana
Waldimir Garotinho	Rio de Janeiro	PRP - Eleito	Presbiteriana

Igreja do Evangelho Quadrangular

Nome do Candidato	Estado	Pleito eleitoral	Denominação
Jefferson Campos	São Paulo	PSD - Reeleito	Evangelho Quadrangular
Paulo Bengstoon	Pará	PTB - Reeleito	Evangelho Quadrangular
Shéridan	Roraima	PSDB - Reeleito	Evangelho Quadrangular
Stefano Aguiar	Minas Gerais	PSD - Reeleito	Evangelho Quadrangular

Igreja Luterana

Nome do Candidato	Estado	Pleito eleitoral	Denominação
Lucas Redecker	Rio Grande do Sul	PSDB – Eleito	Luterana

Marcel van Hattem	Rio Grande do Sul	NOVO – Eleito	Luterana
Onyx Lorenzoni	Rio Grande do Sul	DEM – Reeleito	Luterana

Outras denominações

Nome do Candidato	Estado	Pleito eleitoral	Denominação
Bruna Furlan	São Paulo	PSDB – Reeleita	Congregação C.do Brasil
Fausro Pinato	São Paulo	PP - Reeleito	Congregação C.do Brasil
JHC	Alagoas	PSB - Reeleito	Internacional da G. de Deus
Liziane Bayer	Rio Grande do Sul	PSB - Eleita	Internacional da G. de Deus
Marcelo A. Antônio	Minas Gerais	PSL - Reeleito	Maranata
Soraya Manato	Espírito Santo	PSL - Eleita	Maranata
Daniela do Waguinho	Rio de Janeiro	MDB – Eleita	Nova Vida
Mecias de Jesus	Roraima	PRB - Senador	Nova Vida
Alexandre Serfiotis	Rio de Janeiro	PSD – Reeleito	Fazei Discípulos
Aureo	Rio de Janeiro	SD – Reeleito	Metodista
Celina Leão	Distrito Federal	PP – Eleita	Igreja C. das Nações
David Soares	São Paulo	DEM – Eleito	Internacional da G. Cristã
Flordelis	Rio de Janeiro	PSD - Eleito	Cidade de Fogo
Heitor Freire	Cerará	PSL - Eleito	Evangelho Pleno
Roberto de Lucena	São Paulo	PODE - Reeleito	O Brasil para Cristo
Rose Modesto	Mato G. do Sul	PSDB - Eleita	Igreja do N. S. J. Cristo
Vanderlan	Goiás	PP - Senador	Luz para os Povos